

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### Texto CG4A1

Os trabalhadores atuais estão trocando cargos de liderança por tempo livre. Um estudo realizado por uma plataforma de análise de pessoal e planejamento de força de trabalho mostra que 91% dos profissionais liberais não querem se tornar gestores de pessoas em razão das expectativas de aumento de estresse e pressão ou simplesmente por satisfação com suas funções atuais.

Na pesquisa, que abrange profissionais de diferentes idades, observa-se que a tendência de equilibrar trabalho e qualidade de vida já é uma característica marcante na geração Z.

Uma das mudanças que marcam essa nova geração é a liberdade, tanto no mercado de trabalho quanto na economia. Os jovens de hoje sentem-se mais confortáveis, por exemplo, em deixar o emprego após dois meses de trabalho caso a oportunidade não esteja alinhada com seus gostos pessoais e seus desejos. Também estão mais confortáveis com a economia compartilhada, preferindo alugar carros e imóveis, em vez de comprá-los.

Para Marcelo Neri, professor da FGV Social, a geração Z, que abrange jovens atualmente com idade entre 14 e 29 anos, nasceu no começo da estabilidade econômica brasileira, o que pode justificar essa mentalidade mais ousada e desprendida. “A nova geração não viveu momentos de hiperinflação que eram comuns no país e que terminaram nos anos de 2010, em meio ao auge de economia”, ele afirma.

Atualmente, o Brasil tem 50 milhões de jovens, o que, segundo Neri, corresponde à maior parcela populacional jovem que o país já teve, mas, segundo estudos da FGV, há expectativa de que, até o fim deste século, esse número caia para 25 milhões.

Por outro lado, a geração prateada, cujos integrantes estão hoje com mais de 70 anos, está crescendo no país. Marcelo Neri afirma: “Se olharmos os padrões de vida por idade hoje, veremos que a renda dos idosos é alta em decorrência de aposentadorias, o que promete ser diferente na terceira idade da geração Z. Do jeito como está, o sistema de previdência não será tão positivo e sustentável para eles”.

O professor reforça que a expectativa relacionada à fragilidade do sistema previdenciário estimula ainda mais os jovens profissionais a olharem mais para o empreendedorismo e menos para as organizações e a pensarem mais em investimentos privados que em aposentadoria. Segundo ele, a geração Z é “uma população que buscará fazer a sua própria poupança e que vê na vida empreendedora ou no emprego mais flexível um futuro mais promissor”.

Internet: <exame.com> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto CG4A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 De acordo com a pesquisa mencionada no início do texto, 91% dos funcionários liberais estão satisfeitos com suas funções atuais de trabalho.

- 2 As falas de Marcelo Neri presentes no texto evidenciam que, para ele, o modo como os jovens da geração Z lidam com o trabalho pode ter fundamento no contexto brasileiro em que se deram suas experiências de vida.
- 3 Infere-se do texto que, em poucos anos, a economia compartilhada, que se baseia no aluguel, na troca e no compartilhamento de produtos, deve sobrepor-se ao modo de economia atual, baseado na acumulação de bens.
- 4 O texto sugere implicitamente que a geração Z é predominantemente indolente, dada a sua falta de ambição por cargos de gestão.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao vocabulário e à estrutura linguística do texto CG4A1.

- 5 A omissão da preposição “de” após “expectativa” (quinto parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 6 No último período do texto, o trecho ‘que buscará fazer a sua própria poupança’ é uma oração substantiva que complementa sintaticamente o nome ‘população’.
- 7 Estaria preservada a correção gramatical do trecho “91% dos profissionais liberais não querem se tornar gestores de pessoas” (segundo período do primeiro parágrafo) caso ele fosse reescrito da seguinte forma: **91% dos profissionais liberais não almeja cargo de gestão de pessoas**.
- 8 A conjunção “mas” (quinto parágrafo) pode ser substituída no texto por **no entanto**, sem que isso promova incorreção gramatical ou prejudique a coerência das ideias do texto.
- 9 A palavra “já” (segundo parágrafo) é empregada no texto com o sentido de **imediatamente**.
- 10 No trecho “tanto no mercado de trabalho quanto na economia” (primeiro período do terceiro parágrafo), os termos “mercado de trabalho” e “economia” estão ligados por uma relação de comparação.
- 11 A supressão da vírgula empregada imediatamente antes da expressão “por exemplo” (segundo período do terceiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 12 A correção do texto seria mantida caso a vírgula empregada após “brasileira” (primeiro período do quarto parágrafo) fosse substituída por ponto final, feito o devido ajuste de letra inicial maiúscula no novo período.

Com base nas normas legais que regem o processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 13** A validade da decisão coordenada decorrente do poder sancionador está condicionada à observância do princípio da concentração das instâncias decisórias.
- 14** A legislação permite que o pronunciamento decisório da administração pública seja fundamentado com base em mera declaração de concordância com fundamentos constantes de parecer técnico e informações administrativas juntadas aos autos.
- 15** A decisão de indeferimento de suspeição alegada em razão de suposta amizade íntima entre a autoridade administrativa responsável pela condução do processo administrativo e algum dos interessados é passível de recurso sem efeito suspensivo.
- 16** Em regra, a administração pública está autorizada a determinar, independentemente de qualquer justificativa específica, a obrigatoriedade de reconhecimento de firma em documentos apresentados pelos interessados em processo administrativo.

Julgue o seguinte item, considerando as regras estabelecidas na Resolução CNJ n.º 351/2020.

- 17** Durante a tramitação de procedimento decorrente de notícia de assédio ou discriminação, deve ser suspensa a realização de prática restaurativa que envolva o fato apurado, de modo que não haja ingerência indevida na apuração dos fatos.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

- 18** Na hipótese de recondução decorrente de inabilitação em estágio probatório, caso o cargo anteriormente ocupado no serviço público federal se encontre provido, o servidor reconduzido deverá permanecer afastado, percebendo 50% da remuneração a que faria jus, até que ocorra a vacância do referido cargo.
- 19** Considere que um servidor público federal ocupante de cargo em comissão seja designado para exercer, interinamente, as funções de outro cargo de confiança, sem ser dispensado das atribuições do cargo que ocupa. Nessa hipótese, a acumulação de cargos é lícita, devendo o servidor optar por apenas uma das remunerações durante o período da interinidade.
- 20** De acordo com o STF, é inconstitucional previsão normativa que vede, de modo permanente, o retorno ao serviço público federal do servidor demitido com fundamento na prática de crime contra a administração pública.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir, relativos ao exercício da cidadania e à ética no setor público.

- 21** Aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática de ato de improbidade administrativa submete-se, no que couber, às disposições legais sobre as sanções aplicáveis em decorrência de tais condutas.
- 22** Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador se aplicam ao sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa.
- 23** Todo cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo à moralidade administrativa.

À luz do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União, julgue os seguintes itens.

- 24** É vedado ao servidor da justiça militar da União aceitar presentes, exceto os oferecidos por autoridades estrangeiras nos casos protocolares em que houver reciprocidade.
- 25** Inexistindo previsão legal em sentido diverso, o período de interdição para atividade incompatível com o cargo anteriormente exercido será de doze meses, contados da exoneração.
- 26** A fim de atender ao princípio da moralidade da administração pública, os servidores da justiça militar da União devem observar a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a conduta ética e a preservação do patrimônio, da honra e da tradição dos serviços públicos.

Julgue os itens subsequentes, considerando as disposições do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

- 27** Os procedimentos adotados para verificação da prática de condutas incompatíveis com o Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União devem ter rito sumário e respeitar, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa.
- 28** Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Ética da Justiça Militar da União são remunerados, sem prejuízo do registro, na ficha funcional do servidor, da prestação desse relevante serviço público.

Em relação à tipologia das constituições, ao poder constituinte e aos princípios de interpretação constitucional, julgue os itens a seguir.

- 29** Corolário do princípio da separação de poderes, o princípio da correção funcional ou da conformidade funcional estabelece que, na atividade de interpretação da constituição, deve ser observado o espaço institucional próprio de cada poder.
- 30** Quanto à forma, as constituições podem ser classificadas como promulgadas, quando há a participação popular na sua formação, ou como outorgadas, quando são impostas pelo agente que detém poder político de fato.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens seguintes, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e, no que couber, com a jurisprudência do STF.

- 31 Não cabe impetração de *habeas corpus* em face de punições disciplinares militares.
- 32 Para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil, são desnecessárias a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes e a comprovação de filiação prévia.
- 33 A emenda constitucional que permitiu, nas hipóteses de manifestação cultural, práticas desportivas com animais, como a vaquejada, é considerada inconstitucional.
- 34 É constitucional a utilização, nas fotos de documentos oficiais, de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião desde que não impeçam a adequada identificação individual e a visibilidade do rosto do indivíduo.

No que se refere à organização político-administrativa do Estado, à administração pública e à organização dos Poderes, julgue os próximos itens, com base na CF e no entendimento jurisprudencial do STF.

- 35 Pertencem aos estados as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem em seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, dos municípios ou de terceiros.
- 36 A organização administrativa e judiciária dos territórios será definida por meio de lei complementar.
- 37 É inconstitucional lei estadual que atribua aos policiais militares do estado a prestação voluntária de serviços de guarda de imóveis locais e de guarda de quartéis da corporação.
- 38 O vice-presidente da República e os ministros da Justiça e das Relações Exteriores integram o Conselho da República, órgão ao qual compete opinar acerca da intervenção federal, do estado de defesa e do estado de sítio.

À luz do disposto no Código Penal Militar (CPM), da doutrina aplicável e da jurisprudência do STM, julgue os itens a seguir.

- 39 Segundo o STM, a Lei de Drogas não se aplica à justiça militar da União, haja vista a especialidade da legislação militar.
- 40 O princípio da retroatividade autoriza a aplicação de lei penal militar que, posterior ao fato, favoreça o agente.
- 41 Consideram-se crimes militares em tempo de paz apenas os previstos no CPM, excluindo-se, em qualquer situação, a legislação penal comum, em observância ao princípio da especialidade.
- 42 Militar que abandone, sem ordem superior, o serviço que lhe tenha sido incumbido antes de tê-lo finalizado submete-se a pena de detenção de três meses a um ano.
- 43 O CPM tipifica o crime de tráfico de drogas, prevendo a redução, pela metade, da pena aplicável aos casos em que a conduta seja praticada por militar em serviço.
- 44 A qualificadora do crime militar de furto prevista no CPM somente será aplicada se este for cometido contra a fazenda nacional.

Acerca da aplicação da lei processual penal militar brasileira, prevista no Código de Processo Penal Militar (CPPM), julgue os itens a seguir.

- 45 Serão aplicadas as normas do CPPM a bordo de navios de propriedade privada, independentemente de onde se encontrem, desde que estejam sob o comando militar ou militarmente ocupados por ordem de autoridade militar competente.
- 46 Se houver conflito, no caso concreto, entre as normas do CPPM e as de direito internacional constantes de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, será aplicado o CPPM.

A respeito do inquérito policial militar, previsto no Código de Processo Penal Militar (CPPM), julgue os itens seguintes.

- 47 É possível a instauração de novo inquérito policial militar nos casos de arquivamento de inquérito anterior se surgirem notícias de novas provas em relação ao indiciado, ao fato ou a terceira pessoa, desde que respeitados a coisa julgada e os casos de extinção da punibilidade.
- 48 As testemunhas e o indiciado poderão ser ouvidos durante o dia ou durante a noite, ainda que inexistam casos de urgência inadiável.

Julgue os itens a seguir, conforme o Código de Processo Penal Militar e o entendimento do STM.

- 49 A ação penal militar somente poderá ser trancada, em virtude específica da ilicitude das provas obtidas na fase do inquérito policial militar, caso sua propositura seja lastreada apenas nas provas obtidas ilicitamente.
- 50 A ação penal militar é pública e poderá ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar ou do juiz federal militar.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Em relação às tecnologias aplicadas aos arquivos, julgue os itens a seguir.

- 51** Na ocerização, que compõe uma das etapas do processo de digitalização estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para documentos impressos por máquina, é a tecnologia de reconhecimento inteligente de caracteres.
- 52** Microfilmagem é um processo técnico que, valendo-se de meios fotográficos ou eletrônicos, realiza a captura de documentos, dados e imagens, armazenando-os em microfilme.
- 53** Considera-se documento digitalizado o representante digital resultante do procedimento de digitalização do documento físico associado a seus metadados.

Considerando o contexto contemporâneo de arquivos no mundo digital, julgue os próximos itens.

- 54** Archivematica e AtoM, embora sejam ferramentas de código fechado, têm ganhado espaço nas instituições públicas brasileiras como solução tecnológica para a preservação e a difusão de acervos digitais arquivísticos.
- 55** Documento nato digital e documento digitalizado são considerados documentos digitais.
- 56** Entende-se por documento digital a informação registrada, codificada em forma analógica e acessível por meio de sistema computacional.

Julgue os seguintes itens, relativos aos diversos aspectos da certificação digital.

- 57** A cifragem de um documento com criptografia assimétrica consiste no uso de uma única chave, tanto para cifrar quanto para decifrar o documento.
- 58** Segundo a legislação brasileira, as assinaturas eletrônicas avançada e qualificada podem ser consideradas tipos de assinaturas digitais.
- 59** Cabe ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, autoridade certificadora raiz da ICP-Brasil, a emissão de certificados digitais dos chefes de cada um dos três Poderes da República.

No que se refere à elaboração de políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais, julgue os próximos itens.

- 60** Entre os aspectos técnicos a serem considerados na elaboração de uma política de preservação digital estão a seleção do que deve ser preservado e sua representação por metadados.
- 61** Conforme o Arquivo Nacional, uma política de preservação digital deve conter um tópico de atribuição de responsabilidades no qual estará apontada a periodicidade de revisão e atualização dessa política.
- 62** Os órgãos do Poder Judiciário deverão disponibilizar repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) para a gestão e o tratamento arquivístico de todos os documentos e mídias digitais do sistema de processo eletrônico oficial.

Uma instituição pública responsável pelo atendimento presencial de demandas judiciais enfrenta desafios crescentes relacionados ao atendimento ao público, à eficiência dos processos internos e à satisfação dos usuários, tendo sido identificado, em processo diagnóstico, que grande parte da insatisfação dos usuários decorre de atitudes e comportamento dos atendentes. Internamente, a área de tecnologia tem recebido uma quantidade alta de demandas da área de atendimento por diversos canais. Para sanar esse problema, a instituição decidiu criar uma unidade para a implementação de princípios da agilidade organizacional. A equipe responsável pela criação da nova unidade promoveu inicialmente a descrição dos cargos e posteriormente definiu o propósito, os objetivos da área e as competências necessárias para a atuação dos funcionários. Uma medida tomada pela equipe foi a criação de um balcão virtual, por meio do portal da organização, a fim de desonerar o atendimento presencial, tendo sido necessário capacitar a equipe em atendimento virtual.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, em relação aos modelos de trabalhos.

- 63** O excesso de informações transmitidas em ambientes organizacionais, como no caso em apreço, tende a aumentar a qualidade das decisões, já que os colaboradores dispõem de mais dados para avaliar.
- 64** A complementação do atendimento com a criação do balcão virtual pode constituir uma melhoria de processo em que se usa tecnologia para facilitar às pessoas o acesso ao serviço público, de acordo com a necessidade dos usuários.
- 65** A decisão da equipe responsável pela criação da nova unidade de promover inicialmente a descrição dos cargos foi acertada, pois, a partir do cargo, é possível desenhar mais claramente as competências e, assim, o propósito e os objetivos da nova área podem ser definidos.
- 66** A capacitação da equipe da nova unidade deve focar as competências técnicas, principalmente as de tecnologia e subsidiariamente as comportamentais, tais como gestão de mudanças, trabalho em equipe e tomada de decisões autônoma.

Julgue os próximos itens, relativos à gestão estratégica de pessoas.

- 67** O planejamento estratégico e a cultura organizacional são importantes aliados para as instituições que buscam eficiência e resultados sustentáveis, contudo, como são forças antagônicas, a cultura organizacional deve sobrepor-se à execução da estratégia.
- 68** Uma das ações mais impactantes para que a área de recursos humanos possa ser reconhecida como estratégica é a sua capacidade de demonstrar resultados para os negócios, ainda que intangíveis, deixando clara sua relevância para as demais áreas da organização.

Em relação às equipes e grupos de trabalho e à gestão por competências, julgue os seguintes itens.

- 69** A seleção interna por competências pode contribuir para que a área de recursos humanos se torne mais proativa, já que os candidatos às vagas são antecipadamente selecionados pelas competências requeridas, e não pela manifestação de interesse e entrevista de vários candidatos antes da seleção daquele que detenha tais competências.
- 70** O comprometimento afetivo no trabalho diz respeito ao vínculo emocional do empregado com a organização, sendo um dos fatores mais importantes para a redução da rotatividade e o aumento da motivação no ambiente corporativo.
- 71** As competências individuais podem ser divididas em competências de negócio, competências técnico-profissionais e competências sociais, estando as técnico-profissionais relacionadas com a interação da empresa com o seu ambiente, o mercado e os competidores.
- 72** A alta coesão nas equipes de trabalho pode, em alguns casos, prejudicar o desempenho do grupo, pois seus membros podem tornar-se excessivamente dependentes uns dos outros, o que pode reduzir a criatividade e a inovação.

Julgue os itens a seguir, relativos à intervenção do Estado na economia, ao orçamento público, ao ciclo orçamentário e aos seus princípios.

- 73** Não é possível ajustar os valores orçamentários conforme a necessidade fiscal momentânea.
- 74** De acordo com o texto constitucional, o Estado só poderá intervir na economia em casos excepcionais, não lhe sendo permitido corrigir falhas de mercado, por exemplo.
- 75** O ciclo orçamentário compreende a elaboração, a execução, o controle e a avaliação do orçamento.
- 76** O orçamento público visa apenas garantir o controle dos gastos excessivos do governo.

Em relação ao sistema orçamentário brasileiro e às classificações orçamentárias, julgue os itens subsequentes.

- 77** As classificações orçamentárias permitem a identificação da finalidade de cada despesa.
- 78** O sistema de planejamento e orçamento federal não se comunica com os sistemas estaduais.

Julgue os próximos itens, referentes ao plano plurianual (PPA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA).

- 79** O PPA define objetivos a curto prazo e é atualizado anualmente junto com a LOA.
- 80** A LDO ajusta metas fiscais e diretrizes políticas governamentais.

A respeito dos créditos adicionais e da estrutura programática, julgue os itens seguintes.

- 81** A estrutura programática do orçamento público é essencial para a execução clara das políticas públicas a serem desenvolvidas.
- 82** Exige-se autorização legislativa para a concessão de créditos adicionais, que podem ser suplementares, especiais ou extraordinários, destinados a reforçar as dotações orçamentárias.

Acerca dos poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 83** O poder regulamentar decorre da função normativa, ainda que em caráter derivado, considerada a natureza complementar em relação às leis, a exemplo de resoluções, portarias e instruções normativas.
- 84** Segundo a jurisprudência do STF, o poder de polícia fragmenta-se em cinco etapas: ordem, consentimento, fiscalização, apuração e sanção, sendo somente a última impassível de delegação a pessoa jurídica de direito privado.
- 85** A outorga de um poder administrativo contrasta com uma postura de inércia do agente público, dado que tais poderes são irrenunciáveis.
- 86** A invalidação da conduta administrativa que incorre em excesso de poder deve ocorrer, necessariamente, em âmbito judicial.

A respeito dos agentes públicos, bem como dos princípios da administração pública, julgue os seguintes itens.

- 87** O princípio da motivação é expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, com vistas a garantir a externalização dos fundamentos de fato e de direito que subsidiam a prática do ato, em prol do controle pelos administrados.
- 88** Por representarem o Estado, os permissionários e concessionários de serviços públicos inserem-se na categoria dos agentes credenciados.
- 89** Em atenção ao princípio da aparência, presumem-se legítimos os atos praticados pelos agentes putativos, ainda que sua investidura na função pública não tenha decorrido de procedimento legalmente estabelecido.
- 90** Em atenção ao princípio administrativo da isonomia, os tribunais superiores consideram inconstitucional a imposição legal de critérios de distinção entre os candidatos de determinado concurso público.
- 91** O ordenamento jurídico brasileiro admite forma de investidura vitalícia, como é o caso dos magistrados.

Em relação à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

- 92** Segundo o entendimento do STF, no caso de morte decorrente de disparo de arma de fogo em operação policial, o caráter inconclusivo da origem do disparo letal afasta a responsabilidade objetiva do Estado, uma vez que a comprovação do nexo causal é imprescindível para a caracterização do dever de reparar o dano.
- 93** A teoria do risco integral prevê ao Estado, pelo simples envolvimento no evento, a obrigação de reparação do dano causado ao particular, não sendo possível a produção de prova com vistas a elidir essa responsabilidade, dada a condição de seguradora universal que a administração pública assume.

No que concerne ao controle da administração pública, julgue os próximos itens.

- 94** O controle do Poder Legislativo sobre o Executivo assume viés político nas situações em que o Congresso Nacional susta os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- 95** O controle administrativo restringe-se à conformação dos atos internos de cada Poder, sob a perspectiva exclusiva da conveniência para a administração.
- 96** O sistema de controle adotado no Brasil baseia-se na unidade de jurisdição, sendo atribuída apenas aos órgãos do Judiciário a prerrogativa de proferir decisões de caráter definitivo.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens subsecutivos.

- 97** É dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto o abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada de longa duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes.
- 98** É inexigível a licitação em caso de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais de notória especialização, para assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.
- 99** A licitação internacional é processada em território nacional e admite a participação de estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira.
- 100** A razão da escolha da contratada, a justificativa de preço e a autorização da autoridade competente são elementos suficientes à instrução do processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

À luz do Decreto n.º 11.462/2023, julgue o seguinte item, acerca do sistema de registro de preços.

- 101** É permitida aos órgãos e às entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

A respeito da elaboração e fiscalização de contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 102** Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, o contratante pode exigir, mediante disposição em contrato ou em edital, contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.
- 103** A execução contratual deve ser acompanhada e fiscalizada por, no mínimo, três fiscais de contrato, especialmente designados conforme os requisitos legais aplicáveis.
- 104** A atuação do contratado na execução contratual deve ser avaliada pelo contratante com base em indicadores objetivamente definidos no contrato, sendo escusada a sua menção no registro cadastral em que a inscrição do licitante tenha sido realizada.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito de gestão de contratos administrativos.

- 105** Os eventos que exijam resolução e diligência que suplantem a competência do fiscal devem ser registrados e encaminhados ao gestor do contrato, para a adoção de medidas saneadoras.
- 106** A fiscalização setorial limita-se aos aspectos técnicos, o que garante maior eficiência nos contratos cuja execução seja descentralizada em diferentes unidades administrativas.
- 107** O redimensionamento do pagamento à contratada, com base nos indicadores de desempenho contratuais, deverá sempre ocorrer quando a contratada, sem justificativa, não produzir os resultados avençados ou não executar os serviços com a qualidade mínima exigida.
- 108** Na prestação de serviços de recepção e de apoio administrativo, os servidores estão impedidos de exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente ao preposto por ela estabelecido.

Julgue os itens a seguir, relativos à classificação de materiais.

- 109** Na construção da curva ABC, os itens do estoque são ordenados de forma decrescente, pelos seus valores unitários.
- 110** A imprescindibilidade de um material para a manutenção das atividades de uma organização é um dos critérios que pode ser utilizado para a classificação de materiais.
- 111** Materiais acabados, também denominados produtos acabados, são itens com processamento completo e prontos para fornecimento.

Acerca do recebimento e armazenagem de materiais, julgue os itens que se seguem.

- 112** O principal critério a ser considerado na definição de leiautes de depósitos é a redução máxima da movimentação interna.
- 113** O tipo de embalagem e a velocidade de atendimento necessária interferem na escolha do sistema de estocagem dos materiais.
- 114** A ocorrência de beneficiamento, reparo ou canibalização implica alteração do valor unitário do material quando de sua nova entrada no almoxarifado.
- 115** A pesagem e a verificação de temperatura de uma carga de peixes congelados constituem atividades da inspeção técnica.
- 116** Estão entre as principais funções do estoque: neutralizar os efeitos da sazonalidade no suprimento e proporcionar economia de escala pela flexibilidade do processo produtivo.

Julgue os itens seguintes, que versam sobre gestão patrimonial.

- 117** A alienação de um bem patrimonial, que consiste na movimentação de material de um órgão para outro no âmbito da administração federal direta, caracteriza-se por transferência de posse, troca de responsabilidade e gratuidade.
- 118** Verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação do bem irrecuperável, a autoridade competente determinará sua destinação ou disposição final ambientalmente adequada.
- 119** Nos inventários destinados ao atendimento das exigências de órgão fiscalizador, os bens patrimoniais do órgão executante devem ser agrupados segundo as categorias patrimoniais constantes do plano de contas único.
- 120** Durante o inventário físico, não é possível constatar a necessidade de um bem móvel em determinada unidade organizacional.